

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 da Controladora e Consolidadas em 01 de março de 2016 e o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 10 de março de 2016, recomendou a sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária.

A COPASA possui 100% de participação societária nas seguintes empresas em 31 de dezembro de 2015:

COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”) - criada pela Lei Estadual nº16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

COPASA Serviços de Irrigação S/A (“Serviços de Irrigação”) - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2015, os acionistas desta Subsidiária deliberaram pela sua liquidação e extinção.

COPASA Águas Minerais de Minas S/A (“Águas Minerais”) - criada pela Lei Estadual nº 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objetivo de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari. Em 29 de maio de 2015, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, e a COPASA Águas Minerais de Minas S/A - AGMM promoveram o Distrato do Arrendamento dos Direitos Minerários e assinaram uma rescisão amigável do Contrato de Arrendamento dos Direitos Minerários, Equipamentos e Instalações de Envasamento das Águas Minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá, situadas nos respectivos municípios de Minas Gerais. Com acordo de prestação de serviços, firmado em 1º de junho de 2015, os custos dos serviços prestados, bem como as obrigações impostas pela legislação cível, trabalhista e de previdência social incidentes, passaram a ser ressarcidos mensalmente pela CODEMIG. Em 08 de fevereiro de 2016, foi aprovada a dissolução desta Subsidiária.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Companhia está apresentando as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Financeiras são preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, estão divulgadas na Nota 04.

(a) Demonstrações Financeiras Individuais - Controladora

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Demonstrações Financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às Demonstrações Financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação de método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas Demonstrações Individuais são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

(b) Demonstrações Financeiras Consolidadas - Consolidado

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa em uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui dois segmentos distintos, um representado pelo segmento de serviços de água e esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A, e o outro representado pela sua subsidiária COPASA Águas Minerais de Minas S/A. As informações por segmentos são demonstradas na Nota 19.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada Controlada incluída na consolidação da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4 Ativos financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquirido.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido.

3.4.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas subsidiárias pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação

de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Para os investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores dos serviços prestados ou da venda de mercadoria no decurso normal das atividades da empresa, sendo inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável.

Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Companhia calcula a provisão para perdas de acordo com os critérios facultados pela Lei nº 13.097 de 19 de janeiro de 2015, exceto para os créditos relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que já possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para perda ao valor recuperável.

Não é constituída provisão para perda ao valor recuperável dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Já em relação aos créditos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.7 Ativos financeiros vinculados à concessão

O concessionário reconhece um crédito a receber, quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão destes serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência deste fato, a Companhia reconhece, exceto para o Município de Ipatinga, um ativo financeiro, descontado com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 Ativos intangíveis

(a) Ativos diretamente ligados a Concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível, os investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão.

Também em linha com a Interpretação ICPC 01 e em decorrência dos contratos de concessão firmados, a Companhia reconhece um ativo intangível que está demonstrado pelo valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 3.7.

Para os ativos existentes até 31 de dezembro de 1997, o custo de aquisição foi acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária, para fins de IFRS, até esta data.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias.

(c) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para serem utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.10 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Para os ativos existentes até 31 de dezembro de 1997, o custo de aquisição foi acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária, para fins de IFRS, até esta data.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 - 40
Máquinas	10 - 15
Veículos	3 - 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

3.11 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

3.12 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

(a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido

dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, conforme determina o CPC 17, quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(c) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem às Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado, em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.15 Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço e reconhecidos conforme descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

(c) Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de 3 planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

Os Planos de Benefício Definido e Definido Saldado estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria e é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data do fechamento do plano para novas adesões em 2010. Estes planos passaram então a receber apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas, contudo, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem e os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Já no plano de Contribuição Definida a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Este Plano funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante.

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

(b) Participação nos lucros

São registradas provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

Desde 2008 por força do Acordo Coletivo, o montante apurado como Participação nos Lucros e Resultados da Companhia é distribuído de forma linear entre todos os empregados.

3.16 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia recebe bens não monetários em doação, uma vez que essa doação é necessária para a concessão e não para a Companhia, os bens recebidos são registrados pelo valor nominal e anulados por meio de conta redutora, como forma de manter registro de controle dos ativos e ao mesmo tempo evitar o reconhecimento indevido de benefícios na demonstração do resultado e por consequência nas tarifas de água e esgoto determinadas pela Agência Reguladora.

3.17 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente a coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

(a) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11- Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável (*impairment*) é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(d) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.19 Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras, seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e tendo por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada como informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória, conforme o IFRS.

3.21 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015:

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- (a)** IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- (b)** IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas subsidiárias fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento de receita de construção

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. A companhia passou a aplicar “margem zero” a partir de julho de 2015, após considerar a resolução 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.

(b) Benefícios de planos de previdência complementar

O valor atual destas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes.

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

(d) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica.

(f) Contratos de empréstimos e financiamentos

A Companhia possui empréstimos e financiamentos para os quais são exigidos o cumprimento de determinados índices financeiros e outras condições (*covenants* - Nota 12). Alguns contratos preveem que no caso de descumprimento desses índices a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso isso não ocorra, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Com o objetivo de minimizar o risco de descumprimento desses *covenants*, a Administração da Companhia realiza sua verificação trimestralmente, considerando as fórmulas de cálculo dos índices especificadas em cada contrato, observa os prazos estabelecidos para a comunicação com as instituições financeiras, bem como o reflexo do descumprimento de cláusulas de um contrato em outros contratos (*"cross-default"*), procurando apresentar garantias adicionais, quando houver possibilidades ou renegociar as condições contratuais, mantendo as obrigações sob monitoramento.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A ("COPANOR") possuíam Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 634 municípios do Estado de Minas Gerais (635 em 31 de dezembro de 2014). Os Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 anos e 99 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

As tarifas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reguladas pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE - MG). Estas tarifas devem garantir a sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços, como explícito na Lei Federal nº 11.445/07, cabendo, portanto, à ARSAE - MG determiná-las através de revisões periódicas, bem como proceder aos seus respectivos reajustes anuais que tem por objetivo o realinhamento de preços das tarifas, em face à inflação. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água e esgoto faturados multiplicado pela tarifa autorizada.

Encontra-se em curso, junto à ARSAE-MG, processo de revisão tarifária iniciado em 16 de outubro de 2015, tanto para COPASA, quanto para a COPANOR a pedido da Controladora.

Em 31 de dezembro de 2015, existem 97 concessões (79 em dezembro de 2014) que estão em fase de negociação com os municípios. Abaixo participação percentual no faturamento total da Companhia das concessões vencidas mais relevantes:

Município	% sobre faturamento	
	31/12/2015	31/12/2014
Varginha	1,34	1,34
Santa Luzia	1,39	1,39
Ubá	0,40	0,47

A Administração acredita que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui R\$574.673 (R\$558.964 em dezembro de 2014) registrados como ativo financeiro (contas a receber do poder concedente-municípios). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de Custo Médio Ponderado de Capitais - WACC.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receitas de construção	666.532	978.301
Custos de construção	(661.804)	(961.705)

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Recursos em caixa e bancos	62.851	49.509	63.156	51.480
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	494.234	279.559	518.698	279.559
Total	557.085	329.068	581.854	331.039

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2015, foi de 99,0% a 102,0% (2014 - 100,0% a 110,5%). No exercício de 2015, as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$52.655 (R\$21.933 em 2014).

Nos exercícios de 2015 e de 2014, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Em 01 de janeiro	279.559	220.356	279.559	220.356
Novas aplicações	3.250.097	2.612.585	3.305.768	2.612.585
Rendimentos	52.655	21.933	54.400	21.934
Resgates	(3.088.077)	(2.575.315)	(3.121.029)	(2.575.316)
Em 31 de dezembro	494.234	279.559	518.698	279.559

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais.

(a) Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

Valores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Vencidos	<u>218.670</u>	<u>181.757</u>	<u>221.263</u>	<u>184.196</u>
Vencidos até 30 dias	97.171	71.479	98.171	72.209
Vencidos de 31 até 60 dias	46.918	38.286	47.484	38.766
Vencidos de 61 até 90 dias	24.256	20.011	24.633	20.348
Vencidos de 91 até 180 dias	39.599	30.117	40.245	30.844
Vencidos acima de 180 dias	10.726	21.864	10.730	22.029
A vencer	178.102	196.575	181.589	199.674
Faturados	396.772	378.332	402.852	383.870
A faturar	378.715	338.021	379.300	338.702
Contas a receber de clientes	775.487	716.353	782.152	722.572
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(21.682)	(30.268)	(23.909)	(31.846)
	753.805	686.085	758.243	690.726
Contas a receber de longo prazo ⁽¹⁾	178.807	197.511	178.807	197.511
Contas a receber de clientes, líquidas	932.612	883.596	937.050	888.237

⁽¹⁾ Refere-se ao termo de compensação realizado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 23.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Em 01 de janeiro	30.268	23.336	31.846	24.004
Provisão para perdas de contas a receber	122.364	92.358	125.869	95.377
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(130.950)	(85.426)	(133.806)	(87.535)
Em 31 de dezembro	21.682	30.268	23.909	31.846

A provisão para perdas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(b) Demais contas a receber

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 20).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (i)	201.704	137.208	201.704	137.208
Créditos com controladas (ii)	23.568	16.432	-	-
Aplicação financeira vinculada (iii)	65.609	48.945	65.609	48.945
Aplicação financeira vinculada (iv)	-	32.829	-	32.829
Ativos financeiros disponíveis para venda (v)	41.084	40.748	41.084	40.748
Outros	52.483	49.333	52.483	49.603
Total	384.448	325.495	360.880	309.333
Ativo não circulante	(384.448)	(325.495)	(360.880)	(309.333)
Ativo circulante	-	-	-	-

(i) As cauções em garantia de financiamentos, empréstimos e debêntures estão detalhadas abaixo:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
União Federal - bônus	80.722	53.375
<i>Kreditanstalt Fur Wiederaufbau</i> - KfW	26.966	1.588
Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos	16.955	19.276
Contratos de empréstimos e financiamentos - BNDES	27.007	25.880
Contratos de empréstimos e financiamentos - CEF - CAIXA PAC - 2009 e 2010	3.318	2.689
Contratos de empréstimos e financiamentos - CEF	7.418	7.304
Subscrição 3ª emissão	15.962	16.523
PPP Rio Manso	23.356	10.573
Total	201.704	137.208

- (ii)** Refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, contratos de mútuo e a despesas com salários e encargos de funcionários cedidos pela COPASA às suas subsidiárias e que estão sendo reembolsados de acordo com o previsto contratualmente, sendo R\$6.066 referente à Águas Minerais, R\$17.427 referente à COPANOR e R\$75 referente à COPASA Serviços de Irrigação (R\$4.651, R\$11.706 e R\$75 em dezembro de 2014, respectivamente).
- (iii)** Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado, baseado no cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento

de cargas poluidoras estipuladas nos contratos. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras.

- (iv) As obras de saneamento básico efetuadas pela Companhia, cujos recursos foram provenientes da integralização da 5ª emissão de debêntures, se encerraram em março de 2015, e o saldo remanescente, no valor de R\$34.876, foi transferido para a conta de recursos próprios, de acordo com autorização do agente fiduciário em agosto de 2015.
- (v) Refere-se ao saldo de investimento sem influência significativa na empresa Foz de Jeceaba.

08. Investimentos

Abaixo tabela com a movimentação dos investimentos e da provisão para perdas dos investimentos nas subsidiárias:

	31/12/2014	Equivalência patrimonial	31/12/2015
Águas Minerais	13.578	4.230	17.809
COPANOR	(12.993)	(5.268)	(18.262)
Serviços de Irrigação	(178)	137	(41)
Total	407	(901)	(494)

09. Intangível

- (a) A composição dos saldos é a seguinte:

Controladora						
	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	5.684.877	(2.952.775)	2.732.102	4.847.554	(2.778.301)	2.069.253
Esgotamento sanitário	4.990.700	(1.452.118)	3.538.582	4.410.064	(1.237.415)	3.172.649
Sistemas de uso comum	940.158	(680.788)	259.370	846.006	(588.397)	257.609
Direitos de uso	413.055	(149.579)	263.476	372.205	(131.531)	240.674
Outros ativos intangíveis	118.715	(12.289)	106.426	90.320	(10.597)	79.723
Total em operação	12.147.505	(5.247.549)	6.899.956	10.566.149	(4.746.241)	5.819.908
Em obras						
Obras em andamento	1.082.975	-	1.082.975	1.738.969	-	1.738.969
Total em obras	1.082.975	-	1.082.975	1.738.969	-	1.738.969
Total do intangível	13.230.480	(5.247.549)	7.982.931	12.305.118	(4.746.241)	7.558.877

Consolidado						
	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	5.684.877	(2.952.775)	2.732.102	4.847.554	(2.778.301)	2.069.253
Esgotamento sanitário	4.990.700	(1.452.118)	3.538.582	4.410.064	(1.237.415)	3.172.649
Sistemas de uso comum	940.158	(680.788)	259.370	846.006	(588.397)	257.609
Direitos de uso	413.108	(149.632)	263.476	372.265	(131.591)	240.674
Outros ativos intangíveis	118.715	(12.289)	106.426	90.320	(10.597)	79.723
Total em operação	12.147.558	(5.247.602)	6.899.956	10.566.209	(4.746.301)	5.819.908
Em obras						
Obras em andamento	1.082.975	-	1.082.975	1.738.969	-	1.738.969
Total em obras	1.082.975	-	1.082.975	1.738.969	-	1.738.969
Total do intangível	13.230.533	(5.247.602)	7.982.931	12.305.178	(4.746.301)	7.558.877

(b) A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

Controladora / Consolidado							
	Sistemas de						
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum (1)	Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.069.253	3.172.649	257.609	240.674	79.723	1.738.969	7.558.877
Adições	58.021	67.172	29.895	16.479	39.385	372.168	583.120
Baixas	(69)	(22)	(206)	-	(1.211)	(29.940)	(31.448)
Amortização	(178.111)	(216.962)	(94.230)	(18.068)	(3.269)	-	(510.640)
PPP - Rio Manso	-	-	-	-	-	363.910	363.910
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	21.433	21.433
Transferências para ativo financeiro	(1.687)	148	918	254	(2.400)	-	(2.767)
Transferências para imobilizado	781.025	513.219	64.961	23.946	(6.615)	(1.383.564)	(7.028)
Outros	3.670	2.378	423	191	813	(1)	7.474
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.732.102	3.538.582	259.370	263.476	106.426	1.082.975	7.982.931

(1) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”, a partir do exercício de 2012.

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$503.720 como custo dos serviços prestados, de R\$236 como despesas com vendas e de R\$6.684 como despesas administrativas (R\$441.637, R\$253 e R\$4.224, respectivamente, no exercício de 2014).

A taxa média de depreciação apurada na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 5,1%.

Em 31 de dezembro de 2015, as adições ao intangível, no montante de R\$968.463 referem-se substancialmente a obras de ampliação da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão Arrudas, implantação do sistema de tratamento de esgoto de Ibitité, melhorias no sistema de esgotamento sanitário em Caratinga, Contagem e Betim

(a) Parceria Público-Privada - PPP

(i) Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA e a Odebrecht Ambiental - Manso S.A., Sociedade de Propósito Específico (SPE), assinaram contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema. Os bens adquiridos ou construídos pela SPE, considerados afetos à concessão administrativa, reverterão automaticamente à COPASA, na data da sua extinção.

O prazo de vigência do contrato é de 15 (quinze) anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 20 de dezembro de 2013 e contempla (i) o prazo de realização das obras, de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses, e (ii) o prazo subsequente de prestação dos serviços, correspondente a 13 (treze) anos. O prazo de vigência estabelecido poderá ser prorrogado nos termos da lei, exclusivamente para a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 03 de junho de 2015, a COPASA e a Odebrecht Ambiental - Rio Manso S.A. assinaram termo aditivo ao referido contrato de PPP para a realização de obras destinadas à captação de água bruta do Rio Paraopeba para tratamento na ETA Rio Manso (Estação de Tratamento de Água), visando garantir a capacidade de produção de água destinada ao abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Considerando a entrada em operação das duas obras realizadas, em 21 de dezembro de 2015 os valores referentes ao contrato, no montante de R\$643.795 (R\$279.885 até 31 de dezembro de 2014), bem como os valores referentes ao aditivo no valor de R\$115.117, que estavam sendo registradas a débito do ativo intangível em formação e a crédito do passivo não circulante, na rubrica Parceria Público-Privada - Rio Manso, foram transferidos para o Intangível em operação. Desse valor, R\$110.978 refere-se a realização da obra e R\$4.139 a serviços de fiscalização.

(ii) Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Divinópolis

A COPASA e a Divinópolis Saneamento S/A., Sociedade de Propósito Específico, assinaram em 02 de outubro de 2015, contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação e operação parcial do Sistema de Esgotamento Sanitário de Divinópolis e prestação de serviços nesse sistema.

O prazo de vigência do contrato é de 26 (vinte e seis) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União em 07 de outubro de 2015, e contemplando o prazo de realização das obras e o prazo de prestação dos serviços. O prazo de vigência estabelecido poderá ser prorrogado nos termos da lei, exclusivamente para a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10. Imobilizado

(a) Controladora

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação						
Máquinas e equipamentos	264.938	(203.451)	61.487	267.588	(183.987)	83.601
Veículos	124.509	(103.540)	20.969	137.261	(108.343)	28.918
Outros	191	(180)	11	191	(176)	15
	389.638	(307.171)	82.467	405.040	(292.506)	112.534
Terrenos e edificações	165.454	(82.902)	82.552	161.896	(78.968)	82.928
Total em operação	555.092	(390.073)	165.019	566.936	(371.474)	195.462
Total do imobilizado	555.092	(390.073)	165.019	566.936	(371.474)	195.462

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	83.601	28.918	15	82.928	195.462
Adições	587	1	-	128	716
Baixas	(238)	(11)	-	-	(249)
Depreciação	(24.609)	(9.638)	(4)	(3.702)	(37.953)
Transferências para o intangível	2.131	1.699	-	3.198	7.028
Transferências para ativo financeiro	15	-	-	-	15
Saldos em 31 de dezembro de 2015	61.487	20.969	11	82.552	165.019

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$23.310 como custo dos serviços prestados, de R\$5.769 como despesas com vendas e de R\$8.874 como despesas administrativas (R\$22.415, R\$6.125 e R\$10.951, respectivamente, no exercício de 2014).

A taxa média de depreciação da Controladora, apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi de 12,8%.

(b) Consolidado

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação						
Máquinas e equipamentos	265.386	(203.861)	61.525	288.629	(192.317)	96.312
Veículos	124.835	(103.866)	20.969	137.886	(108.959)	28.927
Outros	201	(180)	21	348	(301)	47
	390.422	(307.907)	82.515	426.863	(301.577)	125.286
Terrenos e edificações	166.012	(83.003)	83.009	167.865	(80.107)	87.758
Total em operação	556.434	(390.910)	165.524	594.728	(381.684)	213.044
Total do imobilizado	556.434	(390.910)	165.524	594.728	(381.684)	213.044

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	96.312	28.927	47	87.758	213.044
Adições	587	266	-	128	981
Baixas	(12.002)	(261)	(20)	(4.191)	(16.474)
Depreciação	(25.519)	(9.661)	(6)	(3.884)	(39.070)
Transferências para o intangível	15	-	-	-	15
Transferências para ativo financeiro	2.131	1.699	-	3.198	7.028
Outros	1	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	61.525	20.969	21	83.009	165.524

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$24.375 como custo dos serviços prestados, de R\$5.769 como despesas com vendas e de R\$8.926 como despesas administrativas (R\$24.867, R\$6.125 e R\$11.022, respectivamente, no exercício de 2014).

11. Outras Obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais (i)	56.220	50.289	57.120	50.836
Parcelamento de impostos (ii)	235.272	244.914	235.272	244.914
Depósito para obras (iii)	68.531	47.557	68.534	47.560
PDVI (iv)	136.532	-	136.532	-
Obrigações diversas	30.443	41.179	30.542	41.359
Total	526.998	383.939	528.000	384.669
Passivo não circulante	(248.491)	(256.803)	(248.494)	(256.805)
Passivo circulante	278.507	127.136	279.506	127.864

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

(i) Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
INSS	22.457	20.336	22.832	20.518
COFINS	13.343	12.381	13.444	12.482
PIS	2.869	2.688	2.891	2.710
IRRF	7.154	7.196	7.251	7.229
FGTS	6.405	3.580	6.479	3.626
Outros	3.992	4.108	4.223	4.271
Passivo circulante	56.220	50.289	57.120	50.836

(ii) Refere-se a termo de compensação de débitos e créditos entre a COPASA e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 23.

(iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES. Em 25 de março de 2015, a Companhia recebeu repasses nos valores de R\$2.809, R\$6.437 e R\$5.358, provenientes da Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção das estações de tratamento de esgoto de Timóteo/Coronel Fabriciano, Caratinga e Ribeirão das Neves-sede, respectivamente.

Conforme previsto na cláusula 6ª dos contratos 084/2014, 086/2014 e 087/2014, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida Agência. Os prazos de vigência contratuais são 31 de dezembro de 2021, 31 de maio de 2020 e 30 de novembro de 2021, respectivamente.

- (iv) Provisão para pagamento das despesas extraordinárias a título de indenizações e incentivos do PDVI (Programa de Desligamento Voluntário Incentivado), referente a 723 empregados, cujos desligamentos ocorrerão até maio de 2016.

Além do PDVI implantado em novembro de 2015, a Companhia encerrou neste exercício, o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) e o Programa de Desligamento Voluntário de Empregado (PDVE), cujos resultados estão resumidos a seguir:

Descrição	Nº de empregados	Despesas rescisórias ⁽¹⁾	Despesas extraordinárias com indenizações e incentivos ⁽²⁾		Total
			Pagas em 2015	Provisionadas em 2015	
PDV	439	18.760	8.564	-	27.324
PDVE	51	159	1.682	-	1.841
PDVI	821	19.741	26.083	136.532	182.356
Total	1.311	38.660	(a) 36.329	(b) 136.532	211.521

⁽¹⁾ Décimo terceiro e férias.

⁽²⁾ Aviso prévio indenizado, multa rescisória e prêmio pecúnia.

As despesas extraordinárias, a título de indenizações e incentivos com estes programas, que totalizaram R\$172,9 milhões, correspondentes ao somatório dos itens (a) e (b) da tabela acima, foram consideradas como não recorrentes para o cálculo do EBITDA ajustado, conforme destacado no Relatório de Administração.

12. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Governo Estadual/BDMG	-	541	-	541
Caixa Econômica Federal	53.083	78.228	53.154	78.228
BNDES - BNE	71.068	68.600	71.068	68.600
Notas Promissórias - Bradesco	-	140.585	-	140.585
Finame	17.374	13.053	17.374	13.121
Banco do Brasil	-	-	658	793
União Federal - bônus	906	611	906	611
KfW	46.203	24.535	46.203	24.535
Empréstimos bancários e financiamentos	188.634	326.153	189.363	327.014
Debêntures simples	300.777	281.779	300.777	281.779
Debêntures	300.777	281.779	300.777	281.779
Total circulante	489.411	607.932	490.140	608.793

Não circulante				
Caixa Econômica Federal	429.914	414.603	430.342	414.603
BNDES - BNE	440.262	490.745	440.262	490.745
Finame	105.604	96.515	105.604	97.013
Banco do Brasil	-	-	488	1.142
União Federal - bônus	97.881	66.583	97.881	66.583
KfW	264.577	195.190	264.577	195.190
Empréstimos bancários e financiamentos	1.338.238	1.263.636	1.339.154	1.265.276
Debêntures simples	1.762.265	1.563.261	1.762.265	1.563.261
Debêntures	1.762.265	1.563.261	1.762.265	1.563.261
Total não circulante	3.100.503	2.826.897	3.101.419	2.828.537
Total circulante e não circulante	3.589.914	3.434.829	3.591.559	3.437.330

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2015, os valores contábeis dos empréstimos em moeda estrangeira totalizam R\$409.567 (R\$286.919 em dezembro de 2014), sendo R\$98.787 em dólares e R\$310.780 em euros (R\$67.194 em dólares e R\$219.725 em euros em dezembro de 2014, respectivamente).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	155.941	-	156.664
2017	153.400	124.594	153.959	125.153
2018	154.682	125.012	154.752	125.083
2019	141.361	123.423	141.432	123.494
2020	135.461	117.403	135.531	117.473
2021	131.368	113.175	131.439	113.245
2022	129.686	111.503	129.756	111.573
2023	98.298	80.929	98.303	80.935
2024 até 2038	393.982	311.656	393.982	311.656
Total	1.338.238	1.263.636	1.339.154	1.265.276

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo 01 de janeiro	1.589.789	1.388.728	1.592.290	1.390.161
Ingressos de empréstimos e financiamentos	163.406	496.639	163.406	498.105
Encargos provisionados	112.357	92.446	112.595	92.540
Variação monetária e cambial	117.407	10.536	117.407	10.536
Amortização de encargos	(112.454)	(91.837)	(112.693)	(91.925)
Amortização de principal	(343.633)	(306.723)	(344.488)	(307.127)
Saldo 31 de dezembro	1.526.872	1.589.789	1.528.517	1.592.290
Passivo circulante	(188.634)	(326.153)	(189.363)	(327.014)
Passivo não circulante	1.338.238	1.263.636	1.339.154	1.265.276

Os empréstimos e financiamentos e debêntures têm vencimento até 2038 e cupons médios de 8,7% ao ano (7,6% em dezembro de 2014).

(b) Debêntures

		Controladora / Consolidado			
		31/12/2015		31/12/2014	
Subscrições / séries	Data da subscrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures não conversíveis					
Subscrição 3ª emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	16.132	47.719	16.098	63.397
7ª	25/09/2008	2.689	7.953	2.683	10.566
8ª	06/12/2008	8.066	23.860	8.049	31.699
9ª a 11ª	30/03/2009	8.066	23.860	8.049	31.699
12ª a 14ª	27/11/2009	2.689	7.953	2.683	10.566
15ª a 17ª	26/05/2010	8.066	23.860	8.049	31.699
18ª	02/07/2010	2.689	7.953	2.683	10.566
Total 3ª emissão		48.397	143.158	48.294	190.192
Subscrição 4ª emissão					
1ª	27/12/2010	43.967	211.502	40.838	223.817
2ª	24/11/2011	25.308	138.350	25.219	162.543
3ª	27/12/2012	33.507	183.175	33.389	215.206
Total 4ª emissão		102.782	533.027	99.446	601.566
Subscrição 5ª emissão					
Única	27/10/2011	20.029	257.458	15.457	274.910
Total 5ª emissão		20.029	257.458	15.457	274.910
Subscrição 6ª emissão					
1ª	23/02/2012	58.715	28.520	59.232	85.680
2ª	23/02/2012	52.391	129.998	49.565	156.910
Total 6ª emissão		111.106	158.518	108.797	242.590
Subscrição 7ª emissão					
1ª	24/04/2014	3.961	130.000	3.232	130.000
2ª	24/04/2014	7.157	136.994	6.553	124.003
Total 7ª emissão		11.118	266.994	9.785	254.003
Subscrição 8ª emissão					
1ª	21/12/2015	133	37.062	-	-
2ª	15/12/2015	393	15.578	-	-
Total 8ª emissão		526	52.640	-	-
Subscrição 9ª emissão					
1ª	28/08/2015	6.617	332.000	-	-
2ª	28/08/2015	202	18.470	-	-
Total 9ª emissão		6.819	350.470	-	-
Total de debêntures		300.777	1.762.265	281.779	1.563.261

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	250.753
2017	292.265	246.914
2018	346.745	218.394
2019	479.002	348.347
2020	237.245	131.607
2021	148.483	131.607
2022	88.327	82.898
2023	20.676	17.453
2024 até 2031	149.522	135.288
Total	1.762.265	1.563.261

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo em 01 de janeiro	1.845.040	1.767.539
Ingressos de debêntures	402.948	286.041
Encargos provisionados	172.037	151.204
Variação monetária	58.509	33.764
Amortização de encargos	(165.777)	(139.789)
Amortização de principal	(249.715)	(253.719)
Saldo em 31 de dezembro	2.063.042	1.845.040
Passivo circulante	(300.777)	(281.779)
Passivo não circulante	1.762.265	1.563.261

Debêntures não conversíveis

Subscrição 8ª emissão:

Em 15 de junho de 2015, a Companhia realizou colocação de debêntures simples, da espécie com garantia real, nominativas e não conversíveis em ações, constituídas por 10.000 (dez mil) debêntures de R\$14 mil cada uma, totalizando R\$140,2 milhões cuja emissão foi realizada em duas séries, sendo 7.000 (sete mil) na 1ª série e 3.000 (três mil) na 2ª série, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para a 1ª série e pelo BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, para a 2ª série, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de junho de 2015
Prazo	18 meses
Carência do principal	18 meses
Amortização	138 parcelas mensais e sucessivas
Vencimento final	15 de junho de 2028
Remuneração	1,87% a.a. acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, limitada a 6% a.a. para a 1ª série, e 8,18% a.a. base 252 dias úteis, para a 2ª série.
Garantia	Parcela mensal de R\$16.930 da arrecadação tarifária, corrigida anualmente pelo IPCA, mais a conta reserva.

Os recursos dessa emissão estão sendo utilizados na ampliação da produção do sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte, expansão de redes e implantação de ligações prediais nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado de Minas Gerais e elaboração de diagnósticos, estudos e projetos relacionados aos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água.

Subscrição 9ª emissão:

Em 15 de agosto de 2015, a Companhia realizou, em lançamento público, colocação de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela empresa Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, constituídas por 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures de R\$10 mil, cuja emissão foi realizada em duas séries, sendo 33.200 (trinta e três mil e duzentas) na 1ª série e 1.800 (mil e oitocentas) na 2ª série, totalizando R\$350 milhões, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de agosto de 2015
Prazo	60 meses para a 1ª série e 72 meses para a 2ª série
Carência do principal	27 meses para a 1ª série e 51 meses para a 2ª série
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais e consecutivas para a 1ª série, e 08 parcelas trimestrais iguais e consecutivas para a 2ª série
Vencimento final	15 de agosto de 2020 para a 1ª série e 15 de agosto de 2021 para a 2ª série
Remuneração	Juros remuneratórios de 118,90% da taxa DI para a 1ª série, e IPCA mais juros remuneratórios prefixados de 8,6808% a.a. base 252 dias úteis, para a 2ª série
Garantia	Quirografária

Os recursos dessa emissão estão sendo utilizados na quitação de Notas Promissórias comerciais da 2ª emissão, e na implementação do programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI), visando à adequação da estrutura de seus custos administrativos e operacionais, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, em 05 de novembro de 2015. O prazo para adesão ao referido Programa foi fixado em 60 (sessenta) dias, a partir de 09 de novembro de 2015, com desligamentos previstos para o período de dezembro de 2015 a maio de 2016.

(c) Valor justo

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão demonstrados na Nota 20.

(d) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros devidamente auditados, conforme estabelecido nos respectivos contratos.

Para todos os casos em que havia a possibilidade dos limites estabelecidos não serem atendidos, a Companhia obteve dos credores, a necessária autorização para dispensa de verificação dos índices prévios estabelecidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme detalhado nos incisos abaixo:

(i) *Covenants de contratos FGTS sindicalizados (apuração semestral - junho a dezembro - com dados acumulados de 12 meses):*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA ajustado / serviço da dívida	Mínimo de 1,5
Ligação de água e esgoto / nº empregados	Maior que 350

Com base nos resultados projetados para 2015, a Companhia verificou a possibilidade do descumprimento do índice e limite financeiro EBITDA ajustado/Serviço da Dívida. Diante disso, em 03 de dezembro de 2015, a Companhia protocolou pedido de *waiver* junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., estabelecendo prazo máximo de resposta em até 30 (trinta) dias da data de protocolo do pleito. Em 09 de março de 2016 o Banco Itaú Unibanco S.A., Agente Financeiro da operação, em resposta ao pleito da Companhia, estabeleceu a observância do índice

financeiro EBITDA ajustado/Serviço da dívida igual ou superior a 1,1, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, condicionado ao pagamento de *waiver fee* a ser realizado em 31 de março de 2016, segundo as condições estabelecidas.

(ii) *Covenants de contratos com o BNDES (apuração trimestral com dados acumulados 12 meses):*

<u>Índice</u>	<u>Meta</u>	<u>Faixa Intermediária</u>
EBITDA ajustado / despesas financeiras ajustadas	Igual ou maior a 3,8	Menor que 3,8 e igual ou maior que 3,0
Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado	Igual ou menor a 3,0	Igual ou menor que 3,8 e maior que 3,0
Outras dívidas onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou menor a 1,0	Igual ou menor que 1,3 e maior que 1,0

Para os contratos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, caso alguns dos indicadores alcance a faixa intermediária acima estabelecida, em 2 trimestres consecutivos ou não, num intervalo de 12 meses, a Companhia estará obrigada a constituir garantia adicional vinculada ao financiamento. Caso algum desses indicadores ultrapasse o limite dessa faixa, ensejará ao BNDES a possibilidade de, a seu exclusivo critério, requerer à COPASA a constituição de outras garantias adicionais, suspender a liberação dos recursos e/ou decretar o vencimento antecipado do contrato de financiamento.

Em 2015, verificou-se que no 1º e 2º trimestres os indicadores EBITDA ajustado/Despesas Financeiras ajustadas e Dívida Líquida/EBITDA ajustado alcançaram a faixa intermediária. Desta forma, a Companhia foi notificada pelo BNDES para que fosse feita o reforço de garantia na forma contratual. A Companhia constituiu o referido reforço de garantia junto ao Banco Depositário em outubro de 2015.

No 3º trimestre, com os resultados divulgados, a Companhia permaneceu na faixa intermediária no indicador Dívida Líquida/EBITDA ajustado e extrapolou o limite estabelecido para o indicador EBITDA ajustado/Despesas financeiras ajustadas. Diante dos argumentos e justificativas apresentadas pela Empresa, o BNDES, em 29 de dezembro de 2015, dispensou a Companhia da constituição de novo reforço de garantias em decorrência do descumprimento dos *covenants* ocorrido no 3º trimestre de 2015, informando ainda que não vislumbrava decretar o vencimento antecipado dos contratos nem suspender a liberação dos recursos até a publicação dos resultados do 4º trimestre.

Com base nos resultados projetados para os anos de 2015, 2016 e 2017, a Companhia verificou a possibilidade de descumprimento dos índices e limites financeiros EBITDA ajustado/Despesas financeiras ajustadas e Dívida Líquida/EBITDA ajustado até o 2º trimestre de 2017. Em razão disso, deu continuidade às negociações com o agente financeiro para suspensão temporária, por 2 anos, da verificação dos *covenants* contratados, mantendo-se o acompanhamento da evolução dos resultados dos indicadores. Em 25 de fevereiro de 2016, o BNDES encaminhou à Empresa a autorização de suspensão, até 31 de dezembro de 2017, da hipótese de descumprimento dos índices pactuados e de suas respectivas penalidades contratuais, estabelecendo ainda que, durante o período da suspensão, será mantido o reforço de garantia efetuado em 2015.

(iii) *Covenants da 5ª emissão de debêntures (Caixa FI) (apuração anual com dados acumulados do exercício):*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA ajustado / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida líquida / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
Dívida líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA ajustado / receita operacional líquida ajustada (ROL)	Igual ou superior a 36%

Com base nos resultados projetados para 2015, a Companhia verificou a possibilidade de descumprimento dos índices e limites financeiros EBITDA ajustado/Serviço da Dívida, Dívida Líquida/EBITDA ajustado e EBITDA ajustado/ROL. Diante disso, em 19 e 27 de novembro de 2015, protocolou pedidos de *waiver* junto ao debenturista único, Caixa Econômica Federal, e ao respectivo Agente Fiduciário PLANNER TRUSTEE DTVM

LTDA, estabelecendo prazo máximo de resposta em até 30 (trinta) dias da data de protocolo do pleito. Em 09 de março de 2016, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi autorizada a dispensa temporária de manutenção dos índices financeiros acima citados, exclusivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(iv) *Covenants do contrato com o KfW (apuração anual com dados acumulados do exercício):*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total / patrimônio líquido	Igual ou inferior a 1,0
EBITDA ajustado / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

Com base nos resultados projetados para 2015, a Companhia verificou a possibilidade de descumprimento do índice e limite financeiro EBITDA ajustado/Serviço da Dívida. Diante disso, em 01 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou pedido de *waiver* junto ao KfW, estabelecendo prazo máximo de resposta em até 30 (trinta) dias da data de protocolo do pleito. Em 04 de março de 2016 o KfW decidiu autorizar a dispensa de verificação do índice financeiro acima citado, exclusivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(v) *Covenants das 6ª e 7ª emissões públicas de debêntures (apuração anual com dados acumulados do exercício):*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA ajustado / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

Com base nos resultados projetados para 2015, a Companhia verificou a possibilidade do descumprimento dos índices e limites financeiros EBITDA ajustado/Serviço da Dívida e Dívida líquida / EBITDA ajustado. Diante disso, em 26 de novembro de 2015, a Companhia protocolou pedido de *waiver* junto ao Agente Fiduciário PENTÁGONO S.A., bem como junto aos coordenadores líderes de cada emissão, estabelecendo prazo máximo de resposta em até 35 (trinta e cinco) dias da data de protocolo do pleito. Após duas Assembleias de Debenturistas, realizadas em 28 de janeiro de 2016 e em 29 de fevereiro de 2016, os debenturistas aprovaram a dispensa temporária de verificação dos índices financeiros previstos nas escrituras de emissão, exclusivamente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, condicionado ao pagamento de *waiver fee* à vista, em moeda corrente nacional, no dia 15 de abril de 2016, segundo as condições estabelecidas para cada série das debêntures, constantes nas respectivas atas.

(vi) *Covenants da 9ª emissão pública de debêntures (apuração anual com dados acumulados do exercício):*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 4,0
EBITDA ajustado / serviço da dívida	Igual ou superior a 1,2

Para a 9ª emissão pública de debêntures, não houve infração aos índices financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão.

13. Provisão para Contingências

(a) Contingências prováveis

A composição das provisões para contingências está assim demonstrada:

Controladora						
	31/12/2015			31/12/2014		
	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	57.525	(1.327)	56.198	48.951	(1.227)	47.724
Trabalhistas	41.869	(1.400)	40.469	59.099	(1.237)	57.862
Tributárias	109	-	109	890	(435)	455
Ambientais	70	-	70	7.717	-	7.717
Total	99.573	(2.727)	96.846	116.657	(2.899)	113.758

Consolidado						
	31/12/2015			31/12/2014		
	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contin- gências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	57.555	(1.327)	56.228	48.981	(1.227)	47.754
Trabalhistas	44.482	(2.311)	42.171	61.788	(1.932)	59.856
Tributárias	109	-	109	890	(435)	455
Ambientais	70	-	70	7.717	-	7.717
Total	102.216	(3.638)	98.578	119.376	(3.594)	115.782

A movimentação das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014, antes da compensação de depósitos judiciais	116.657	119.376
Adições	120.045	122.038
Utilizações	(30.967)	(31.533)
Reversões	(106.162)	(107.665)
Compensação de depósitos judiciais	(2.727)	(3.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	96.846	98.578

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como contas a pagar.

Em agosto de 2015, foi instituído fórum específico para revisão e validação dos níveis de riscos e valores, indicados pela área jurídica nos processos judiciais contra a Companhia, sendo que os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os acima de R\$5 milhões estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Município de Teófilo Otoni ajuizou ação anulatória contra a COPASA aduzindo que a cobrança da tarifa de esgoto seria irregular, uma vez que não haveria a prestação desses serviços. Por tais razões, requereu a nulidade dos débitos referente ao esgotamento sanitário no período de 05/2006 a 04/2008. A perícia judicial entendeu que o serviço não seria efetivamente prestado, uma vez que não haveria tratamento de esgoto. A COPASA peticionou nos autos requerendo a extinção do processo, tendo em vista a realização de acordo extrajudicial englobando os débitos. O processo encontra-se concluso com o juiz. O valor provisionado em 2015 é de R\$15.811.

Augusta Silva Seabra e outros, ajuizaram ação alegando em sua peça inicial, que é legítima proprietária e possuidora de imóvel situado no Bairro Nova Suíça, na Cidade de Nova Lima, sendo a sua área total de 76.735,00 m². Sustenta que, no ano de 1999, a Requerida teria invadido a área em questão, sem qualquer decreto expropriatório, tendo cercado uma área de 28.333,91 m² para abastecimento da cidade de Belo Horizonte. Acrescenta que, além disso, a COPASA estaria realizando distribuição de lotes do referido terreno, mediante cessões gratuitas a pessoas e associações. Tendo isso em vista, pede a reintegração na posse do imóvel, restituindo a área cercada “nas mesmas condições”. Subsidiariamente, pede indenização pelo valor de mercado do imóvel, o qual avalia em R\$6.287.796,00 (seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais). Tem-se que a propriedade da área reivindicada não está sequer comprovada pela Parte Autora, na forma que exige a ação petítória. De outro lado, a vasta documentação acostada (transmissão da área à COPASA, por meio de contrato de Concessão com o Município de Belo Horizonte, os croquis, memoriais descritivos e as cartas de sentença em favor da COPASA) pela Requerida demonstra a insubsistência do pleito. O valor provisionado em 2015 é de R\$ 12.739.

(ii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas “*in itinere*”, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável, o que representa aproximadamente 54% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

Existe uma ação trabalhista coletiva, em curso na 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, conexa à ação civil pública, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho questionam a extinta política de desligamento e o programa motivacional adotado pela Companhia, pleiteando a reintegração dos empregados desligados sob essa política, com o pagamento de salários vincendos e vencidos. Nesse processo, a COPASA obteve êxito em 1ª instância, mas a decisão foi reformada em 2ª instância e encontra-se atualmente pendente de decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Foi estimado como perda provável, cujo valor foi determinado a partir de cálculos efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo, sendo que o valor provisionado em 31 de dezembro de 2015 foi atualizado para R\$24.801 (R\$22.861 em dezembro de 2014).

Adicionalmente, a Companhia também é parte em vinte e sete processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que autuou a Companhia, destacando aquele de maior valor pecuniário, que decorre da ausência de reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, no qual a Fiscalização do Trabalho entendeu que isso implica em significativa subtração de salário. Em razão disso, foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. Foi provisionado em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$6.073 (R\$5.446 em dezembro de 2014).

(b) Contingências possíveis

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31/12/2015	31/12/2014
Cível	178.741	436.983
Trabalhista	31.086	-
Tributária	7.289	36.748
Ambiental	848	3.336
Total	217.964	477.067

A diminuição e reclassificação dos valores destas contingências ocorreram em razão da redefinição dos riscos e valores indicados nos processos, com base nas políticas definidas pelo Fórum de Contingências.

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 19 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Campina Verde, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Guidoal, Itajubá, Lavras, Leopoldina, Luz, Mateus Leme, Nanuque, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Serra da Saudade e Três Corações. Com exceção de Caratinga e São Gotardo, as demais ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

(ii) Tributária

Refere-se a duas ações tributárias, que versam sobre uma autuação da Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, em função da Companhia não ter incluído nas bases de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A Companhia interpôs recurso administrativo, em ambos os casos, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes.

Diante desta situação a COPASA ajuizou, nos dois casos, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da autuação e requerendo a declaração da inexistência da obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. A Companhia logrou êxito em primeira instância, no caso do processo da COFINS, apesar do feito não ter ainda transitado em julgado, e o processo PIS/PASEP transitou em julgado no dia 31/08/2015 em desfavor da COPASA, devido ao entendimento de que nesse caso específico houve coisa julgada, por já haver questionado a matéria em mandado de segurança.

14. Participação nos Lucros e Resultados

Desde 2008, por força de Acordo Coletivo, o montante apurado como Participação nos Lucros e Resultados é distribuído de forma linear entre todos os empregados.

Em 2015, devido ao prejuízo apurado no exercício, não houve provisionamento de valores referente à participação dos empregados.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de renda e contribuição social do exercício

O imposto de renda no Brasil inclui o IRPJ e a CSLL, cujas alíquotas legais aplicáveis são 25% e 9% respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para dezembro de 2015 e 2014. Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultados da controladora são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos e contribuições	(28.944)	432.640	(27.980)	432.640
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Receita (Despesa) esperada à taxa nominal	9.841	(147.098)	9.513	(147.098)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões				
Equivalência patrimonial	(306)	(3.205)	(306)	-
Realização de correção monetária especial	(28)	(430)	(28)	(430)
Doações e subvenções	-	2.372	-	2.372
Outras (adições) /exclusões	4.699	(7.770)	4.063	(10.975)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio	2.772	35.136	2.772	35.136
Incentivos fiscais	374	6.496	374	6.496
IRPJ e CSLL	17.352	(114.499)	16.388	(114.499)
IRPJ e CSLL correntes	(3.735)	(122.106)	(4.699)	(122.106)
IRPJ e CSLL diferidos	21.087	7.607	21.087	7.607
IRPJ e CSLL	17.352	(114.499)	16.388	(114.499)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos,

definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

Controladora / Consolidado				
	31/12/2014	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2015
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios	49.954	-	(8.728)	41.226
Provisão para obrigações atuariais	5.351	(5.936)	8.028	7.443
Provisão para ajustes de CPC's	148.784	-	10.107	158.891
Provisão para contingências tributárias	35.813	-	(6.932)	28.881
Outras provisões temporárias diversas	9.605	-	21.843	31.448
Total do ativo	249.507	(5.936)	24.318	267.889
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial diferida	6.957	-	(2.103)	4.854
Provisão para ajustes de CPC's	95.837	(1.770)	7.218	101.285
Provisão para obrigações atuariais	12.128	(4.626)	-	7.502
Total do passivo	114.922	(6.396)	5.115	113.641
Total líquido	134.585	460	19.203	154.248

Nos dias 09 e 10 de março de 2015, foi aprovado respectivamente, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, o estudo técnico elaborado pela Companhia, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2015, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	Controladora / Consolidado
Em 2016	23.431
Em 2017	24.932
Em 2018	16.762
Em 2019	16.763
Em 2020	10.919
Após 2020	175.082
	267.889

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

(c) **Lei nº12.973/14**

Em 1º de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 12.973/14, tendo em vista que a Companhia decidiu não antecipar os efeitos desta lei em 2014. A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênios assinados pela Companhia com: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU; Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS; Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas - SEDINOR/Ministério das Cidades/Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Estado da Saúde - SES; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. O objetivo destes convênios é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Nordeste de Minas, Centro Oeste, Sul e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores, quando recebidos, reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica, no passivo circulante, e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

De acordo com determinação contida na Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, os recursos de convênio de cooperação técnica serão mantidos em conta bancária específica e os saques só serão permitidos para pagamento de despesas constantes do Programa de trabalho, e os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial. O montante dos recursos disponíveis de convênios de cooperação técnica é registrado no item “bancos e aplicações de convênios”.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

Controladora			
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2015			
Estado	58.404	(41.562)	16.842
Outros	186.136	(161.242)	24.894
Total	244.540	(202.804)	41.736
31 de dezembro de 2014			
Estado	73.042	(57.303)	15.739
Outros	131.288	(109.633)	21.655
Total	204.330	(166.936)	37.394
Consolidado			
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2015			
Estado	610.041	(594.546)	15.495
Outros	186.136	(161.242)	24.894
Total	796.117	(755.788)	40.389
31 de dezembro de 2014			
Estado	588.709	(560.501)	28.208
Outros	131.288	(109.633)	21.655
Total	719.997	(670.134)	49.863

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

Controladora / Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações de longo prazo	104.895	121.582
Obrigações de curto prazo	18.495	16.050
	123.390	137.632
Contribuições normais	12.929	12.680
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	136.319	150.312
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:		
Plano de Benefícios RP1 - BD	2.013	2.958
Plano COPASA Saldado	9.388	3.442
Novo Plano COPASA - CD	(859)	(441)
	10.542	5.959
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	1.408	(10.389)
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente do exercício	14.563	13.155

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido - BD patrocinado pela Companhia, vinha apresentando uma situação de déficit atuarial, que foi equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que chegaram, até novembro de 2008, a aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial - DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, da nova estratégia previdencial da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdencial proposto. A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano BD saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano de contribuição definida CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2011, após a conclusão do processo de migração, o plano BD possuía 150 participantes ativos e 183 assistidos; o saldado 2.018 participantes ativos e 1.364 assistidos; e o CD 10.621 participantes ativos e 476 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício saldado são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; e b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes.

a) Valores consolidados

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações financiadas	(811.768)	(870.397)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	3.944
Valor presente da obrigação líquida	(811.768)	(866.453)
Valor justo dos ativos do plano	788.132	755.495
Restrição do déficit contratado	(7.357)	-
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(73.765)	(9.908)
Ativo / (passivo) líquido do plano	(104.758)	(120.866)

	31/12/2015	31/12/2014
Em 1º de janeiro	870.397	772.621
Custo do serviço corrente	(463)	(636)
Custo financeiro	93.341	88.949
Contribuições dos participantes do plano	2.090	1.990
Remensurações Atuariais	(107.780)	45.747
Benefícios pagos pelo plano	(45.818)	(38.274)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	811.767	870.397

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Em 1º de janeiro	755.495	703.355
Retorno real sobre os ativos do plano	51.848	67.240
Contribuições do empregador	24.517	21.184
Contribuições dos empregados	2.090	1.990
Benefícios pagos	(45.818)	(38.274)
Valor justo em 31 de dezembro	788.132	755.495

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos serviços correntes	(464)	(636)
Custo financeiro	93.342	88.949
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(82.336)	(82.354)
	10.542	5.959

b) Valores segregados por plano de benefício

1) Plano de benefícios RP1 - BD

	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações financiadas	(36.147)	(40.437)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	3.944
Valor presente da obrigação líquida	(36.147)	(36.493)
Valor justo dos ativos do plano	31.501	19.758
Restrição do déficit contratado	(20.335)	(9.908)
Ativo / (passivo) líquido do plano	(24.981)	(26.643)

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Em 01 de janeiro	40.437	38.914
Custo do serviço corrente	226	(22)
Custo financeiro	4.309	4.451
Contribuições dos participantes do plano	313	298
Remensurações atuariais	(6.146)	(727)
Benefícios pagos pelo plano	(2.993)	(2.477)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	36.146	40.437

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Em 01 de janeiro	19.758	9.309
Retorno real sobre os ativos do plano	9.029	7.431
Contribuições do empregador	5.394	5.197
Contribuições dos empregados	313	298
Benefícios pagos	(2.993)	(2.477)
Valor justo em 31 de dezembro	31.501	19.758

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$5.531.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos serviços correntes	226	(22)
Custo financeiro	4.309	4.451
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(2.522)	(1.471)
	2.013	2.958

As (receitas) despesas com plano de pensão no valor de R\$2.013 (R\$2.958 em dezembro de 2014) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2015 foi de R\$9.029 (negativo de R\$7.431 em dezembro de 2014).

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais juros técnicos), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Renda Fixa: INPC + 5,45% a.a.;
- Renda Variável: IBOVESPA;
- Investimentos Estruturados: INPC + 11,81% a.a.;
- Investimento no Exterior: MSCI;
- Imóveis: INPC;
- Operações com participantes: INPC + 8% ao ano.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2015	31/12/2014
Taxa anual de desconto	12,88% a.a.	11,01% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	12,88% a.a.	11,01% a.a.
Aumento anual de salário	6,43% a.a.	7,95% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,17% a.a.	5,03% a.a.
Taxa de inflação	5,17% a.a.	5,03% a.a.
Tábua de mortalidade	AT - 2000 (suavizada em 10%)	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Tábua de invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de morbidez	GAMA - Experiência Libertas 2014	GAMA - Experiência Libertas 2014
Mortalidade de inválidos	AT - 49 agravada em 100%	AT - 49 agravada em 100%
Rotatividade	1,026%	1,026%

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2016.

Categorias dos ativos do plano RP1 - BD

	31/12/2015	31/12/2014
Disponível	-	0,01%
Realizável (previdencial e administrativo)	24,04%	25,57%
Renda Fixa	68,94%	68,50%
Ações	1,76%	4,31%
Empresas Emergentes	0,03%	0,04%
Participações	0,95%	1,08%
Investimentos imobiliários	0,48%	0,49%
Empréstimos e financiamentos	0,02%	-
Outros - Depósitos Judiciais	3,78%	-
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	31/12/2015
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	36.516.917	35.762.517	35.255.057	37.079.325	36.146.613
Valor justo dos ativos do plano	31.501.241	31.501.241	31.501.241	31.501.241	31.501.241
Superávit / (déficit) técnico do plano	(5.015.676)	(4.261.276)	(3.753.816)	(5.578.084)	(4.645.372)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,0%	-1,1%	-2,5%	2,6%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	8,0%	-8,3%	-19,2%	20,1%	

2) Plano COPASA Saldado

	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações financiadas	(763.701)	(816.374)
Valor justo dos ativos do plano	737.354	722.502
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(53.430)	-
Ativo / (passivo) líquido do plano	(79.777)	(93.872)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Em 01 de janeiro	816.374	720.020
Custo financeiro	87.589	82.904
Remensurações atuariais	(97.857)	48.250
Benefícios pagos pelo plano	(42.405)	(34.800)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	763.701	816.374

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Em 01 de janeiro	722.502	684.408
Retorno real sobre os ativos do plano	40.030	57.021
Contribuições do empregador	17.227	15.873
Benefícios pagos	(42.405)	(34.800)
Valor justo em 31 de dezembro	737.354	722.502

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$17.667.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2015	31/12/2014
Custo financeiro	87.589	82.904
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(78.201)	(79.462)
Provisão para plano de benefícios	9.388	3.442

As despesas com plano de pensão no valor de R\$9.388 (R\$3.442 em dezembro de 2014) foram reconhecidas no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2015 foi de R\$40.030 (R\$57.021 em dezembro de 2014).

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais juros técnicos), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Renda Fixa: INPC + 5,45% a.a;
- Renda Variável: IBOVESPA;
- Investimentos Estruturados: INPC + 11,81% a.a.;
- Investimento no Exterior: MSCI;
- Imóveis: INPC;
- Operações com participantes: INPC + 8% ao ano.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2015	31/12/2014
Taxa anual de desconto	12,89% a.a.	10,97% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	12,89% a.a.	10,97% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,17% a.a.	5,03% a.a.
Taxa de inflação	5,17% a.a.	5,03% a.a.
Tábua de mortalidade	AT - 2000 (suavizada em 10%)	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	AT - 49 suavizada em 10%	AT - 49 suavizada em 10%
Tábua de entrada de invalidez	Light média	Light média
Tábua de morbidez	N/A	N/A

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2016.

Categorias dos ativos do plano saldato

	31/12/2015	31/12/2014
Disponível	0,02%	0,02%
Realizável (previdencial e administrativo)	9,42%	10,62%
Títulos Públicos	12,16%	64,96%
Renda Fixa	60,67%	-
Ações	5,40%	0,88%
Fundo de investimentos	0,22%	0,73%
Derivativos	0,80%	3,66%
Investimentos imobiliários	4,02%	6,38%
Empréstimos e financiamentos	6,69%	0,61%
Crédito de Depósitos Privados	-	12,14%
Outros	0,60%	-
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Parâmetro
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	753.767.969	773.254.998	746.450.174	781.675.542	763.700.947
Valor justo dos ativos do plano	737.354.174	737.354.174	737.354.174	737.354.174	737.354.174
Superávit / (déficit) técnico do plano	(16.413.795)	(35.900.824)	(9.096.000)	(44.321.368)	(26.346.773)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,3%	1,3%	-2,3%	2,4%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-13,7%	36,3%	-65,5%	68,2%	

3) Novo plano COPASA - CD

	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações financiadas	(11.920)	(13.586)
Valor justo dos ativos do plano	19.277	13.235
Efeito do teto do ativo	(7.357)	-
Ativo / (passivo) líquido do plano	-	(351)

A movimentação na obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Em 01 de janeiro	13.586	13.687
Custo do serviço corrente	(689)	(614)
Custo financeiro	1.443	1.594
Contribuições dos empregados	1.777	1.692
(Ganhos) / perdas atuariais	(3.777)	(1.776)
Benefícios pagos pelo plano	(420)	(997)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	11.920	13.586

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.994.

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Em 01 de janeiro	13.235	9.638
Retorno real sobre os ativos do plano	2.789	2.788
Contribuições do empregador	1.896	114
Contribuições dos empregados	1.777	1.692
Benefícios pagos	(420)	(997)
Valor justo em 31 de dezembro	19.277	13.235

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos serviços correntes	(689)	(614)
Custo financeiro	1.443	1.594
(Receita) esperada sobre os ativos do plano	(1.613)	(1.421)
	(859)	(441)

As despesas com plano de pensão no valor negativo de R\$859 (negativo de R\$441 em dezembro de 2014) foram reconhecidos no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2015 foi de R\$2.789 (R\$2.788 em dezembro de 2014).

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da Fundação Libertas determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais juros técnicos), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;

- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Renda Fixa: INPC + 5,45% a.a;
- Renda Variável: IBOVESPA;
- Investimentos Estruturados: INPC + 11,81% a.a.;
- Investimento no Exterior: MSCI;
- Imóveis: INPC;
- Operações com participantes: INPC + 8% ao ano.

A taxa de retorno real sobre os ativos do plano em 2014 foi de 11,05% a.a.

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2015	31/12/2014
Taxa anual de desconto	12,76% a.a	11,05% a.a
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	12,76% a.a	11,05% a.a
Aumento anual de salário	6,43% a.a	7,95% a.a
Aumento anual de benefícios	5,17% a.a	5,03% a.a
Taxa de inflação	5,17% a.a	5,03% a.a
Tábua de mortalidade	AT - 2000 (suavizada em 10%)	AT - 2000 (suavizada em 10%)
Tábua de invalidez	Light média	Light média

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2016.

Categorias dos ativos do novo plano

	31/12/2015	31/12/2014
Disponível	0,02%	0,01%
Realizável (previdencial e administrativo)	1,56%	1,42%
Títulos Públicos	77,01%	70,51%
Crédito de Depósitos Privados	5,45%	12,68%
Ações	0,25%	0,94%
Fundo de investimentos	0,78%	0,73%
Derivativos	4,05%	3,83%
Investimentos imobiliários	7,44%	6,34%
Empréstimos e financiamentos	3,44%	3,54%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		Parâmetro
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%	
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	11.893.850	11.946.282	12.047.412	11.794.929	11.787.952	12.055.034	11.919.988
Valor justo dos ativos do plano	19.276.955	19.276.955	19.276.955	19.276.955	19.276.955	19.276.955	19.276.955
Superávit / (déficit) técnico do plano	2.383.104	7.330.672	7.229.542	7.482.026	7.489.003	7.221.920	7.356.966
Variações:							
Aumento / redução da obrigação atuarial	-0,2%	0,2%	1,1%	-1,0%	-1,1%	1,1%	
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	0,4%	-0,4%	-1,7%	1,7%	1,8%	-1,8%	

4) Plano Copass Saúde

Em função da não contratação do Laudo Atuarial do Plano Copass Saúde no exercício de 2015, o possível risco atuarial desse plano não será divulgado neste exercício.

18. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$2.773.985.614,66 (dois bilhões, setecentos e setenta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos), representado por 119.684.430 (cento e dezenove milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A COPASA está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3,0 bilhões, mediante a deliberação do Conselho de Administração.

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de abril de 2015, o Conselho de Administração da COPASA aprovou a constituição de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), por parte do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, para posterior aumento de capital, no valor de R\$128,4 milhões, cujos valores já foram repassados à Companhia. A constituição do referido AFAC ensejará um posterior aumento de capital, por meio da subscrição particular de ações, a ser deliberado pelo Conselho de Administração.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui 51,1% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se 48,6% das ações e o restante, correspondente a 0,3%, encontra-se em tesouraria.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2015, nenhum valor foi registrado no resultado referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES (R\$6.975 em 2014).

(ii) Retenção de lucros

Em virtude do prejuízo apresentado não houve retenção de lucros em 2015 (R\$195.753 em dezembro de 2014).

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i)** Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota 17). Em 31 de dezembro de 2015, o saldo credor dessa conta totaliza R\$14.563 (R\$13.155 em dezembro de 2014).
- (ii)** Correção monetária de ativos: corresponde a aplicação do IAS 29 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo credor dessa conta totaliza R\$14.870 (R\$18.529 em dezembro de 2014).
- (iii)** Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa Foz Jeceaba. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo credor desta conta totaliza R\$12.728 (R\$12.506 em dezembro de 2014).

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes que não forem reclamados dentro do prazo de três anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(11.592)	318.141
Reserva legal - (5%)	-	(15.907)
Reserva de incentivos fiscais	-	(6.975)
Lucro (Prejuízo) líquido	(11.592)	295.259
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	-	73.815

A Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2009 delegou ao Conselho de Administração da Companhia o poder de definir anualmente o percentual a ser pago a título de juros sobre o capital próprio. Assim, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião de 18 de março de 2015, a distribuição de dividendos de 2015, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, no percentual de 25% sobre o lucro orçado, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76, no montante de R\$8.152 (R\$0,07 por ação) líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$595. Em 2014, o valor foi de R\$103.340 (R\$0,87 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$6.961.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$2.772. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de “juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Juros sobre o capital próprio a pagar no início do exercício	2.516	31.646
Juros sobre o capital próprio propostos	8.152	103.340
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(1.539)	(6.961)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(2.305)	(125.509)
Transferência para a conta 1234.7	766	-
Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante	7.590	2.516

(e) Lucros acumulados

Em 01 de janeiro de	2015	2014
Lucro (Prejuízo) do exercício	(11.592)	318.141
Dividendo mínimo obrigatório e juros sobre capital próprio	(8.152)	(103.340)
Transferência para reserva legal	-	(15.907)
Transferência para retenção de lucros	16.085	(195.753)
Reserva de incentivo fiscal	-	(6.975)
Realização da correção monetária de ativos	3.659	3.834
Em 31 de dezembro de	-	-

(f) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta nota).

Controladora / Consolidado	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(11.592)	318.141
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	119.327	119.327
Lucro (prejuízo) básico por ação	(0,10)	2,67

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há valores mobiliários a serem convertidos em ações.

19. Informação por segmento de negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e venda de mercadorias.

(i) Resultado

Consolidado					
2015					
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Venda de mercadoria ⁽¹⁾	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta	2.290.530	1.197.155	3.703	666.532	4.157.920
Deduções da receita bruta	(212.533)	(110.367)	(551)	-	(323.451)
Receita operacional líquida	2.077.997	1.086.788	3.152	666.532	3.834.469
Custos, despesas com vendas e administrativas	(1.891.679)	(982.340)	(8.297)	(661.804)	(3.544.120)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	186.318	104.448	(5.145)	4.728	290.349
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					24.593
Resultado financeiro, líquido					(342.922)
Lucro operacional antes dos impostos					(27.980)
Depreciação e amortização	178.111	216.962	1.117	-	396.190

⁽¹⁾ Mesmo com o acordo firmado com a CODEMIG, a COPASA Águas Minerais de Minas S/A – AGMM continua registrando vendas e sendo ressarcida das despesas.

Consolidado					
2014					
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Venda de mercadoria	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta	2.279.164	1.194.222	3.521	978.301	4.455.208
Deduções da receita bruta	(211.881)	(111.354)	(541)	-	(323.776)
Receita operacional líquida	2.067.283	1.082.868	2.980	978.301	4.131.432
Custos, despesas com vendas e administrativas	(1.619.304)	(851.030)	(8.941)	(961.705)	(3.440.980)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	447.979	231.838	(5.961)	16.596	690.452
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(70.655)
Resultado financeiro, líquido					(187.157)
Lucro operacional antes dos impostos					432.640
Depreciação e amortização	168.257	187.494	2.524	-	358.275

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	2015	2014
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) ⁽¹⁾	666.532	978.301
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) ⁽¹⁾	(661.804)	(961.705)
Margem de construção	4.728	16.596

⁽¹⁾ A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), “Contratos de Construção” (IAS 11), conforme letra (b) do item 3.19 da Nota 03.

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Serviços de água	2.924.245	2.597.351
Serviços de esgoto	4.223.686	4.260.423
Outros intangíveis	835.000	701.103
Total do intangível	7.982.931	7.558.877

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

20. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial que retrata o seu plano de ação, tanto do ponto de vista operacional quanto de investimentos. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um financeiro.

20.1 Gestão de risco financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia monitora os riscos financeiros com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez e a rentabilidade, recomendando estratégias para mitigar tais riscos.

A premissa da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa para um prazo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado pelas instituições financeiras com as quais relacionamos.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos

financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos e financiamentos a pagar. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal - Bônus).

A COPASA possuía 89% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, do IPCA e do CDI, e 11% indexados em moeda estrangeira (dólar e euro), em 31 de dezembro de 2015.

Dessa forma, são realizadas simulações de diversos cenários, considerando refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos e levando-se em consideração somente os principais ativos e passivos financeiros. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(i) Sensibilidade à taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma possível mudança nas taxas de juros nos empréstimos e financiamentos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, conforme demonstrado a seguir:

Controladora				
	31/12/2015		31/12/2014	
Aumento/redução em pontos base	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil)	(1.581)	1.581	(1.327)	1.327
Consolidado				
	31/12/2015		31/12/2014	
Aumento/redução em pontos base	0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil)	(1.582)	1.582	(1.329)	1.329

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade à taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Dólar americano e do Euro, em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui instrumentos de proteção quanto à exposição dos riscos cambiais (operações de *hedge*), por ter perfil de longo prazo. Entretanto, com relação à dívida “União Federal - Bônus”, a COPASA mantém caucionado, junto ao Banco do Brasil, um valor em reais (R\$) que será corrigido até 2024, mediante aplicação da média dos preços dos bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América e que quitará a última parcela a vencer em 2024 (US\$25 milhões). O valor dessa caução era de R\$80.722 em 31 de dezembro de 2015 (R\$53.375 em dezembro de 2014) (Nota 12).

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em Dólares americanos e em Euros, totalizava R\$409.566 em 31 de dezembro de 2015 (R\$286.919 em dezembro de 2014), representando cerca de 11% de seu endividamento total (8% em dezembro de 2014).

(i) Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, leva em consideração os efeitos advindos de variação cambial do dólar (US\$) e do euro (€) nos resultados e no seu patrimônio. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Controladora				
Sensibilidade a variações taxa câmbio: 10%	31/12/2015		31/12/2014	
Variação na moeda US\$ / €	+10%	-10%	+10%	-10%
Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil)	(32.774)	32.774	(15.780)	15.780

Controladora				
Sensibilidade a variações taxa câmbio: 20%	31/12/2015		31/12/2014	
Variação na moeda US\$ / €	+20%	-20%	+20%	-20%
Efeitos no lucro antes da tributação (R\$/mil)	(65.549)	65.549	(31.560)	31.560

A movimentação do resultado e do patrimônio tem origem na movimentação dos empréstimos em Dólares americanos.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação, sendo que o risco de crédito é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

No que diz respeito ao risco de crédito, decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras, foi instituída em outubro de 2012, a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo os critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo ⁽¹⁾				
AAA	457.379	328.896	482.148	330.867
AA	99.565	-	99.565	-
A	10	154	10	154
B (BAA, BA e BBB)	131	18	131	18
Total	557.085	329.068	581.854	331.039

⁽¹⁾ Conforme classificação de *rating* pela agência de risco *Moody's*.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os equivalentes de caixa (Nota 06). Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento ⁽¹⁾			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Amortização	443.274	947.087	993.070	1.160.346
Juros	46.137	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	489.411	947.087	993.070	1.160.346
Fornecedores e outras obrigações	165.446	38.598	42.353	3.767
Em 31 de dezembro de 2014				
Amortização	567.958	778.217	815.177	1.233.503
Juros	39.974	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	607.932	778.217	815.177	1.233.503
Fornecedores e outras obrigações	130.483	33.276	36.469	22.968

⁽¹⁾ A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos. Cabe ressaltar que tais contratos de financiamentos dispõe ainda de garantias de conta reserva (Nota 07).

Receitas Vinculadas em 31 de Dezembro de 2015			
Instituição financeira / Contrato	Garantia (receita vinculada)		Valor (R\$/Milhões)
Caixa Econômica Federal	Sindicalizados (I) 2004	Vinculação da receita de R\$17 milhões, corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/2006.	26,1
	Sindicalizados (II) 2006	Vinculação da receita de R\$15,3 milhões, corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/2006.	25,8
	CAIXA – Financiamentos 2007 / 2008	Vinculação de receita equivalente a três vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	5,8
	CAIXA - PAC 2009	Vinculação de receita equivalente a três vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	1,9
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	12,5
	CAIXA – Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	5,4
	CAIXA – Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	0,7
	CAIXA - Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	6,9
	CAIXA - Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	4,1
	3ª Emissão de Debêntures (R\$450 milhões)	Vinculação da receita de R\$18 milhões, corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/2007.	32,1
BNDES	Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões) / (PAC 2008 - R\$578 milhões)	Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde 20/05/2008.	40,5
	Financiamentos BNDES (R\$181 milhões)	Vinculação da Receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde 22/04/2010.	11,5
	4ª Emissão De Debêntures (R\$740 milhões)	Vinculação da Receita de R\$32,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde 01/07/2010.	53,5
	8ª Emissão De Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da Receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde 01/09/2015.	20,3
Banco KfW	€ 100 Milhões	Vinculação de receita equivalente à 1 (uma) vez o serviço da dívida mensal do contrato.	26,8
Odebrecht Ambiental	PPP Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da Contraprestação, referente a cada ano de vigência.	11,1
Total de Receita Vinculada			285,0

(f) Risco de vencimento antecipado de dívidas

O risco de vencimento antecipado de dívidas decorre principalmente do cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. Tais obrigações estabelecem índices financeiros a serem atendidos, índices estes que refletem a sua geração de caixa e o seu grau de endividamento, por exemplo. Com objetivo de minimizar tal risco, a Companhia estabeleceu, estatutariamente, uma Política de Endividamento que expressa a obrigação de monitorar antecipadamente os índices financeiros (Nota 12).

(g) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com expectativa da Administração de que sejam renovadas junto ao Poder Concedente (Municípios). Caso as concessões não sejam renovadas pelo Poder Concedente, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser impactados.

Em março de 2015, conforme comunicado ao mercado, a Companhia não logrou êxito na renovação do contrato de concessão com o município de Pará de Minas, vencido desde 11 de outubro de 2009. Quanto à indenização dos ativos, considerando que o Município realizou licitação e homologou seu resultado sem levar em conta os ativos da COPASA ainda não amortizados, a empresa ajuizou contra o mesmo a competente ação, objetivando buscar o ressarcimento respectivo, por meio do processo nº 6015762-20.2015.8.13.0024, em curso na 7ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte/MG.

Portanto, em 2015, a Companhia não foi impactada de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas ao risco descrito acima.

20.2 Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao patrimônio líquido.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazos), conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2015, a estratégia da Companhia continuou em manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices de exigível total dividido pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Total dos empréstimos e debêntures	3.589.914	3.434.829	3.591.559	3.437.330
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(557.085)	(329.068)	(581.854)	(331.039)
Dívida líquida	3.032.829	3.105.761	3.009.705	3.106.291
Total do patrimônio líquido	5.646.850	5.536.564	5.646.850	5.536.564
Total do capital	8.679.679	8.642.325	8.656.555	8.642.855
Índice de alavancagem financeira - %	35	36	35	36
Índice de capital de terceiros - %	54	56	53	56

20.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para perdas de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas subsidiárias aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da COPASA e suas subsidiárias, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014 e de 2015:

	Controladora / Consolidado			
	Ativo			
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Total do ativo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Preços cotados em mercado ativos (Nível 1)	-	-	-	-
Outros dados significativos observáveis (Nível 2)	-	-	-	-
Dados significativos não observáveis (Nível 3)	41.084	40.748	41.084	40.748
Saldo total	41.084	40.748	41.084	40.748

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, sendo que aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014,

a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento é incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Empréstimos bancários e financiamentos	1.526.872	1.444.289	1.528.517	1.445.810
Debêntures simples	2.063.042	1.963.406	2.063.042	1.963.406
Total	3.589.914	3.407.695	3.591.559	3.409.216

	Controladora		Consolidado	
	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Empréstimos bancários e financiamentos	1.589.789	1.586.768	1.592.290	1.589.203
Debêntures simples	1.845.040	1.800.856	1.845.040	1.800.856
Total	3.434.829	3.387.624	3.437.330	3.390.059

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Controladora / Consolidado				Observações
	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado		
CEF/FGTS	8,03%	217	7,70%	Cotação da taxa da CEF em dez/15	
BNDES/BNE	8,06%	77	12,13%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/15	
FINAME	3,79%	110	12,61%	Cotação da taxa FINAME em dez/15	
União Federal	4,27%	101	7,70%	Taxa CEF por não existir similar	
Debêntures simples	10,64%	108	12,19%	Cotação taxa do BNDES/BND em dez/15	
KfW	2,07%	97	2,07%	Cotação taxa do KfW em dez/15	
FINAME - AGMM	2,50%	86	12,61%	Cotação da taxa FINAME em dez/15	
Banco do Brasil - COPANOR	15,98%	12	16,97%	Taxa CEF por não existir similar	

21. Instrumento Financeiro por Categoria

(a) Controladora

	31/12/2015			31/12/2014		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	557.085	-	557.085	329.068	-	329.068
Contas a receber de clientes	932.612	-	932.612	883.596	-	883.596
Bancos e aplicações de convênios	27.442	-	27.442	24.493	-	24.493
Aplicações financeiras vinculadas	65.609	-	65.609	81.774	-	81.774
Ativos financeiros de concessões	574.673	-	574.673	558.964	-	558.964
Título patrimonial	-	41.084	41.084	-	40.748	40.748
Créditos com controladas	23.568	-	23.568	16.432	-	16.432
Demais contas a receber ⁽¹⁾	215.898	-	215.898	168.997	-	168.997
Total	2.396.887	41.084	2.437.971	2.063.324	40.748	2.104.072

⁽¹⁾ Excluindo pagamentos antecipados.

	31/12/2015		31/12/2014	
	Outros passivos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.589.914	3.589.914	3.434.829	3.434.829
Fornecedores	146.952	146.952	114.433	114.433
PPP- Rio Manso	643.795	643.795	279.885	279.885
Contrato IBM	1.153	1.153	3.441	3.441
Total	4.381.814	4.381.814	3.832.588	3.832.588

(b) Consolidado

	31/12/2015			31/12/2014		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	581.854	-	581.854	331.039	-	331.039
Contas a receber de clientes	937.050	-	937.050	888.237	-	888.237
Bancos e aplicações de convênios	32.221	-	32.221	25.151	-	25.151
Aplicações financeiras vinculadas	65.609	-	65.609	81.774	-	81.774
Ativos financeiros de concessões	574.673	-	574.673	558.964	-	558.964
Título patrimonial	-	41.084	41.084	-	40.748	40.748
Demais contas a receber ⁽¹⁾	213.702	-	213.702	164.518	-	164.518
Total	2.405.109	41.084	2.446.193	2.049.683	40.748	2.090.431

⁽¹⁾ Excluindo pagamentos antecipados

	31/12/2015		31/12/2014	
	Outros passivos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.591.559	3.591.559	3.437.330	3.437.330
Fornecedores	151.731	151.731	128.471	128.471
PPP- Rio Manso	643.795	643.795	279.885	279.885
Contrato IBM	1.153	1.153	3.441	3.441
Total	4.388.238	4.388.238	3.849.127	3.849.127

22. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

Além dos convênios descritos na Nota 15, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, que é o controlador da Companhia (Nota 18), CEMIG, Foz de Jeceaba e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

Controladora							
31/12/2015							
	Subsidiárias			Total	Estado MG	Outras	
	Águas Minerais	COPANOR	Serviços de Irrigação			CEMIG	Foz de Jeceaba
Ativo							
Circulante							
Clientes							
Valores faturados	-	-	-	-	19.892	-	-
Convênios	-	-	-	-	16.842	-	-
Créditos diversos							
Créditos com controladas	270	2.029	-	2.299	-	-	-
Não circulante							
Empréstimos	-	17.427	75	17.502	-	-	-
AFAC	6.066	-	-	6.066	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	41.084
Investimentos	17.808	-	-	17.808	-	-	-
Total do ativo	24.144	19.456	75	43.675	36.734	-	41.084
Passivo							
Circulante							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	4.180	-	-
Energia elétrica	-	-	-	-	-	12.200	-
Não circulante							
Provisão para perdas em investimentos	-	18.261	41	18.302	-	-	-
Total do passivo	-	18.261	41	18.302	4.180	12.200	-
Resultado							
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	111.701	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	-	1.397	-	1.397	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	3.108
Despesa energia elétrica	-	-	-	-	-	367.082	-

Controladora							
31/12/2014							
	Subsidiárias			Total	Estado MG	Outras	
	Águas Minerais	COPANOR	Serviços de Irrigação			CEMIG	Foz de Jeceaba
Ativo							
Circulante							
Clientes							
Valores faturados	-	-	-	-	23.842	-	-
Convênios	-	-	-	-	15.739	-	-
Créditos diversos							
Créditos com controladas	141	4.406	-	4.547	-	-	-
Não circulante							
Empréstimos	-	11.706	75	11.781	-	-	-
AFAC	4.651	-	-	4.651	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	40.748
Investimentos	13.578	-	-	13.578	-	-	-
Total do ativo	18.370	16.112	75	34.557	39.581	-	40.748

Passivo							
Circulante							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	1.257	-	-
Energia elétrica	-	-	-	-	-	6.930	-
Não circulante							
Provisão para perdas em investimentos	-	12.993	178	13.171	-	-	-
Total do passivo	-	12.993	178	13.171	1.257	6.930	-

Resultado

Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	114.188	-	-
Juros e receitas de variações monetárias	-	1.315	98	1.413	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-	6.028
Despesa energia elétrica	-	-	-	-	-	247.421	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2015	2014
Remuneração	4.652	5.253
Benefícios assistenciais	759	773
Total	5.411	6.026

22.1 Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Águas Minerais

Em 2015, ocorreu adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 29 de maio de 2015, ocorreu o distrato e a rescisão amigável do Contrato de Arrendamento dos Direitos Minerários, Equipamentos e Instalações de Envasamento das Águas Minerais de Caxambu, Cambuquira, Lambari e Araxá, com a CODEMIG, passando a AGMM a ser prestadora dos serviços de operação e administração das fábricas instaladas nos municípios onde são envasadas as águas minerais, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a partir de 1º de junho de 2015, conforme Nota 01.

- COPANOR

Renegociação do contrato existente e contratação de novo mútuo em 28 de dezembro de 2015, com remuneração de 90% do CDI.

- Fornecimento de energia

A Companhia é grande consumidora de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo que o principal fornecedor desta energia é a CEMIG, empresa controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. A Companhia possui quase 400 contratos de energia elétrica, sendo cada um específico de uma unidade consumidora.

- Contratos de financiamento com o BDMG

A Companhia celebrou diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal dos negócios.

- Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que foram feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo em aberto desses contratos é de R\$98.787.

Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia de 29 de novembro de 2011: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas tributárias constitucionais, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo em aberto desse contrato é de R\$310.780.

23. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

- 1º) O Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos. Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio acordando, dentre outros assuntos, a forma de quitação de débitos do Município com a Companhia existente à época. Em 2010, com a assinatura do Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, o saldo da dívida passou a ser pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E (Notas 07 e 11). Em 31 de dezembro de 2015, o saldo a receber registrado é de R\$235.272 sendo R\$56.465 no ativo circulante e R\$178.807 no ativo não circulante (R\$244.914 em 31 de dezembro de 2014 sendo R\$47.403 no ativo circulante e R\$197.511 no ativo não circulante).
- 2º) A Companhia assumiu parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, a título de custo do Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. As medições atualizadas são apresentadas mensalmente para reembolso.

24. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2015:

Contratado	Valor	Data da assinatura	Prazo em meses
Odebrecht Ambiental	693.731	20/12/2013	180
Consórcio FAG Divinópolis Saneamento S/A	411.201	02/10/2015	312
Prefisan Ltda	68.299	18/11/2014	23
Perfil Engenharia S/A	33.385	11/11/2014	24
Sonel Engenharia S/A	27.824	22/12/2014	36
Prefisan Ltda	20.118	11/12/2014	18
Prefisan Ltda	18.865	05/01/2015	24
Lamar Engenharia e Comércio Ltda.	15.881	11/08/2015	20
Seisan Engenharia	14.826	16/12/2015	20
Infracon Engenharia e Comércio Ltda.	13.092	05/11/2014	18
Infracon Engenharia e Comércio Ltda.	11.159	07/05/2015	15
Prefisan Ltda.	10.475	18/05/2015	19
Construtora Teme Ltda.	10.470	21/08/2015	18

25. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possui contrato de seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, na data de encerramento das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

26. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora / Consolidado		
	2015	2014
Transações Parceria Público Privada PPP (Nota 09)	363.910	279.885

27. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	3.464.926	3.453.455	3.487.685	3.473.385
Receita bruta de venda de produtos	-	-	3.703	3.521
Receita de construção	666.532	978.302	666.532	978.302
Total receita bruta	4.131.458	4.431.757	4.157.920	4.455.208
Impostos sobre vendas e descontos incondicionais concedidos	(320.745)	(321.302)	(323.451)	(323.776)
Receita líquida	3.810.713	4.110.455	3.834.469	4.131.432

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Reversão de provisão não dedutível	121.331	26.525	122.853	27.578
Recuperação de contas baixadas	59.446	53.296	60.935	53.612
Ressarcimento programa de saúde	11.860	-	11.860	-
Outras receitas	12.554	30.526	39.665	32.575
Total outras receitas operacionais	205.191	110.347	235.313	113.765

28. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Salários e encargos	1.338.355	1.085.758	1.351.273	1.096.494
Materiais	124.255	129.885	127.256	132.531
Serviços de terceiros	723.015	630.146	734.401	638.743
Gerais	101.545	127.362	102.767	128.210
Depreciações e amortizações	548.593	485.605	549.710	488.130
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	130.950	92.358	134.504	95.376
Provisões para perdas materiais obsoletos	348	212	348	216
Custos de construção (*)	661.804	961.705	661.804	961.705
Custos dos produtos vendidos	-	-	1.565	1.213
Provisões para demandas judiciais	120.045	60.679	122.038	62.283
Equivalência patrimonial	901	9.425	-	-
Participação dos empregados nos lucros	-	19.818	-	19.818
Outros	70.447	99.070	88.682	102.319
Despesas operacionais	3.820.258	3.702.023	3.874.348	3.727.038
(-) Créditos tributários	(118.480)	(100.671)	(119.508)	(101.638)
Despesas operacionais líquidas	3.701.778	3.601.352	3.754.840	3.625.400
Custos	2.673.380	2.703.759	2.698.211	2.723.280
Despesas	1.028.398	897.593	1.056.629	902.120

(*) Detalhamento dos custos de construção:

	Controladora / Consolidado	
	2015	2014
Salários e encargos	26.120	28.592
Materiais	83.136	74.227
Equipamentos	60.259	63.755
Serviços de terceiros	468.309	745.416
Custos de financiamentos	21.537	45.049
Outros	2.443	4.666
Total dos custos de construção	661.804	961.705

29. Despesas com Benefícios e Empregados

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Salários	685.654	589.792	693.807	596.892
Custos previdenciários	198.526	182.684	200.850	184.469
FGTS	119.556	57.162	120.161	57.639
Contribuição para plano de pensão	37.775	38.008	37.780	38.009
Programa de alimentação	150.272	134.566	151.707	135.765
Programa de saúde	59.251	51.346	59.599	51.487
Outros benefícios	87.321	32.200	87.369	32.233
Total	1.338.355	1.085.758	1.351.273	1.096.494
Número de empregados (não auditado)	11.986	12.540	12.384	12.939

30. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Juros ativos	5.191	9.894	3.953	8.718
Rendimentos com aplicações financeiras	53.571	28.481	55.316	28.482
Receita de variação monetária e cambial	42.593	21.765	42.640	21.730
Receita de ativos financeiros/outros	23.078	17.535	23.078	17.535
Tributos sobre receita financeira	(2.878)	-	(2.963)	-
Total de receita	121.555	77.675	122.024	76.465
Juros sobre financiamentos	(276.770)	(210.297)	(277.012)	(210.418)
Despesa de variação monetária e cambial	(186.910)	(52.299)	(186.911)	(52.299)
Outras despesas	(945)	(1.889)	(1.023)	(905)
Total de despesa	(464.625)	(264.485)	(464.946)	(263.622)
Resultado financeiro	(343.070)	(186.810)	(342.922)	(187.157)

31. Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Companhia elaborou estudo técnico de “teste de *impairment*”, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso, nos termos do CPC 01. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2015, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida e custo de capital até o prazo remanescente dos contratos de concessões vigentes ou em processo de renovação e o resultado demonstrou a geração de VPL positivo.

32. Eventos Subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2016, foi aprovada em AGE, a dissolução da COPASA Águas Minerais de Minas – AGMM, por perda das atribuições para a qual foi criada, considerando a rescisão amigável do contrato de arrendamento e a não renovação do contrato de prestação de serviços para a continuidade da operação, manutenção e vendas de águas minerais, sendo também nomeado o liquidante, nos termos dos artigos 210 e 211 da Lei 6.404/76.